



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NO DIA 04 E 05 DE FEVEREIRO DE 2021.

1 Nos dias quatro e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um, na plataforma *Microsoft Teams*, foi
2 realizada a 15ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH.
3 Estiveram presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Dia 04: Ailton Benedito de Souza
4 (PGR); Antônio Fernandes de Jesus Vieira – Dinamam Tuxá (APIB); Ayala Lindabeth Dias
5 Ferreira (CASA BRASILEIRA); Darci Frigo (DHESCA BRASIL); Eduardo Miranda Freire de
6 Melo (SNPG/MMFDH); Eneida Canêdo Guimarães dos Santos (UBM); Everaldo Bezerra Patriota
7 (OAB); Flávia Moreira Guimarães Pessoa (CNJ); Getúlio Vargas de Moura Júnior (CONAM);
8 Herbert Borges Paes de Barros (SNPG/MMFDH); Hugo Medeiros Gallo da Silva (MJSP); Joselito
9 de Araújo Sousa (PF); Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB); Lucileine da Silva Souza
10 (ENEGRECER); Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira (CNPNG); Mairla da Silva Feitosa (MNPR);
11 Maria Ribeiro da Conceição (ANCED); Matheus Moreira e Silva de Aracoeli (MRE); Mônica de
12 Alkmim Moreira Nunes (MNDH Brasil); Paulo Tavares Mariante (ABGLT); Rogério Giannini
13 (CFP); Sandra Maria da Silva Andrade (CONAQ); Virgínia Dirami Berriel (CUT); Vivian Oliveira
14 Mendes (UNISOL BRASIL); Yuri Michael Pereira Costa (DPU). Dia 05: Ailton Benedito de Souza
15 (PGR); Antônio Fernandes de Jesus Vieira – Dinamam Tuxá (APIB); Darci Frigo (DHESCA
16 BRASIL); Eduardo Miranda Freire de Melo (SNPG/MMFDH); Elisabeth Villela Costa (FNDC);
17 Everaldo Bezerra Patriota (OAB); Flávia Moreira Guimarães Pessoa (CNJ); Gabriel Saad Travassos
18 do Carmo (DPU); Getúlio Vargas de Moura Júnior (CONAM); Herbert Borges Paes de Barros
19 (SNPG/MMFDH); Hugo Medeiros Gallo da Silva (MJSP); Joselito de Araújo Sousa (PF); Leandro

20 Gaspar Scalabrin (ANAB); Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira (CNPQ); Mairla da Silva Feitosa
21 (MNPR); Mônica de Alkmim Moreira Nunes (MNDH Brasil); Paulo Tavares Mariante (ABGLT);
22 Ricardo Edgard Rolf Lima Bernhard (MRE); Rogério Giannini (CFP); Romi Márcia Bencker
23 (CONIC); Sandra Maria da Silva Andrade (CONAQ); Virgínia Dirami Berriel (CUT); Vivian
24 Oliveira Mendes (UNISOL BRASIL); Yuri Michael Pereira Costa (DPU).

25

26 **Dia 04/02/2021: 12h10 – Abertura do 1º dia de Reunião Extraordinária do CNDH –**
27 **Presidente Yuri Costa.** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa iniciou o primeiro dia dando
28 ciência de que a reunião se inicia de forma fechada, em que os conselheiros que compõem o pleno
29 do CNDH apreciam as denúncias e representações recebidas. Deu as boas-vindas aos conselheiros,
30 aos convidados e todos que estão acompanhando a reunião pelo *Youtube*. Informou que a pauta da
31 reunião foi previamente publicada e enviada aos conselheiros, explanando que houve uma
32 deliberação interna de inversão, antecipando a posse coletiva dos membros do Grupo Referencial e
33 aprovação do calendário do Encontro Nacional de Direitos Humanos 2021 sobre relatoria da
34 Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos. Antes de seguir ao item de pauta, deu as boas-
35 vindas a todos os membros do Grupo Referencial e questionou se a Conselheira Eneida Canêdo
36 Guimarães dos Santos poderia coordenar esse momento, tendo em vista que ela estava com
37 problemas de conexão. Não havendo contato pela conselheira, solicitou que os membros do Grupo
38 Referencial registrassem a sua presença pelo *chat*. Iniciando o **Item: Posse coletiva dos membros**
39 **do Grupo Referencial e aprovação do calendário do Encontro Nacional de Direitos Humanos**
40 **2021 (maio e outubro)**, apresentou uma breve introdução, relatando que o Grupo Referencial
41 possui como objetivo fazer uma aproximação dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos com o
42 CNDH. Postulou que esse Grupo e toda a rede de articulação dos Conselhos Estaduais de Direitos
43 Humanos são importantes para que possam ter maior efetividade, inclusive, dos encaminhamentos
44 realizados pelo Conselho Nacional. Questionou se algum conselheiro gostaria de fazer alguma
45 explanação antes que seja realizada a posse. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros reiterou
46 a sua fala de reuniões anteriores em relação à necessidade dos representantes do poder público dos
47 conselhos estaduais e do CNDH compor esse Grupo Referencial e de participar efetivamente das
48 reuniões da rede de conselhos. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin saudou e deu as boas-
49 vindas aos conselheiros estaduais e salientou a importância do Pacto Nacional dos Conselhos de
50 Direitos Humanos para CNDH, discorrendo sobre a necessidade de pensar em uma interação que

51 permita delegar a análise de algumas denúncias aos conselhos estaduais antes de enviar ao Conselho
52 Nacional. Destacou que os órgãos dos estados têm sido omissos em seu papel de fortalecer as
53 instituições. O Vice-Presidente Darci Frigo saudou os conselheiros/as que fazem parte desse Pacto
54 Nacional e ressaltou a importância de trabalhar de forma articulada. O Presidente Yuri Michael
55 Pereira Costa procede à posse coletiva e simbólica do Grupo Referencial do Pacto Nacional de
56 Conselhos de Direitos Humanos, citando nominalmente os conselheiros estaduais presentes:
57 Maurício Gomes da Silva, Conselho Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais; Marcel Lima
58 de Oliveira, Conselho Estadual de Direitos Humanos do Paraná; e Inácio Werner, Conselho
59 Estadual de Direitos Humanos do Mato Grosso. Ressaltou, de acordo com as explicações anteriores
60 dos conselheiros, a importância do Pacto Nacional e dessa rede de articulação construída entre os
61 conselhos estaduais e o CNDH, destacando especialmente a atuação realizada pela Conselheira
62 Eneida Canêdo Guimarães dos Santos. Abrindo para manifestações dos membros do Grupo
63 Referencial, o Sr. Maurício Gomes da Silva cumprimentou a todos e agradeceu a oportunidade de
64 pertencer e participar desse Grupo e de auxiliar na construção do diálogo entre o Conselho Estadual
65 de Direitos Humanos de Minas Gerais e o CNDH. Ressaltou os crimes perpetrados em Minas
66 Gerais e colocou-se à disposição para as demandas nacionais e para construção do canal de
67 comunicação entre Minas Gerais e o Conselho Nacional. O Sr. Marcel Lima de Oliveira
68 cumprimentou os presentes e reforçou a importância de construção da articulação política para
69 superação dos desafios, entre eles, a qualificação do espaço de articulação entre os conselhos
70 estaduais e o Conselho Nacional. Agradeceu à Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos
71 por ser contato direto dos conselhos estaduais com o CNDH e afirmou, como compromisso, o
72 resgate das pautas do Grupo de Referência para dá continuidade aos trabalhos realizados. O
73 Presidente Yuri Michael Pereira Costa parabenizou pela posse e registrou a presença do Sr.
74 Wladimir Reis, Conselho Estadual de Direitos Humanos de Pernambuco. O Sr. Inácio Werner
75 relatou que o Grupo Referencial anterior havia elaborado um plano conjunto de atuação com temas
76 importantes para o debate dos direitos humanos, registrando que ainda existem questões pendentes
77 e destacando a importância desse Grupo e da articulação com os grupos de trabalhos. O Sr.
78 Wladimir Reis cumprimentou a todos e pautou a discussão na perspectiva do fortalecimento do
79 Conselho Estadual de Direitos Humanos de Pernambuco, observando que possuem um desafio
80 muito grande nos próximos dois anos com esse governo federal. Feita a explanação de todos os
81 membros presentes, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa parabenizou novamente a todos pela

82 posse no Grupo Referencial e pela presença da Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos,
83 que solicitou que essa posse, mesmo com sentido simbólico, fosse realizada em uma reunião do
84 pleno do CNDH, encerrando o item. Diante o horário avançado, realizou-se uma nova inversão de
85 pauta com acordo de todos conselheiros e seguiu-se para o **Item: Análise de Recomendação sobre**
86 **a demissão em massa de trabalhadores pela Ford em Camaçari/BA e Taubaté/SP e a violação**
87 **das Diretrizes de Empresas Multinacionais da OCDE e dos Princípios de Empresas e Direitos**
88 **Humanos da ONU – Conselheira Vivian Mendes. Processo SEI 00135.201173/2021-51. O**
89 Presidente Yuri Michael Pereira Costa lembrou que foi deliberado que esse item ficará sob relatoria
90 das Conselheiras Virgínia Dirami Berriel e Vivian Oliveira Mendes, mas registrou que também foi
91 apresentada, respeitando a deliberação *ad referendum* da Mesa Diretora, uma recomendação sobre
92 essa matéria. Solicitou que o vice-presidente assumira a condução desse item, pois terá que se
93 ausentar brevemente da reunião. O Vice-Presidente Darci Frigo passou a palavra a Conselheira
94 Vivian Oliveira Mendes para apresentação dos convidados que farão as explanações. Sendo
95 apresentados o Sr. Aroaldo Oliveira da Silva, Representante da Industriall Brasil e do Sindicato dos
96 Metalúrgicos do ABC/SP, e o Sr. Cláudio Batista, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de
97 Taubaté/SP, foi aberta a palavra para as suas manifestações. O Sr. Aroaldo Oliveira da Silva
98 cumprimentou os presentes e reforçou o descompromisso da Ford com a sua saída do Brasil,
99 pontuando a falta de uma política de desenvolvimento econômico industrial para o país, o que pode
100 ser percebido com uma fala recente do Presidente do IPEA de que o Brasil tem que investir no
101 agronegócio e na mineração que possuem vantagem comparativa. Informou que a estratégia da
102 Ford, em nível global, é de reorganização da sua produção, mas observou que os investimentos
103 feitos em outros países poderiam ter sido feitos no Brasil se houvesse uma política industrial.
104 Discorreu sobre os elementos que contribuiriam para a saída da Ford, como a taxa de câmbio para
105 peças importadas e os altos impostos cobrados e destacou a capacidade de geração de tributos
106 diretos pela indústria automotiva, afirmando que a indústria de transformação é extremamente
107 importante para os empregos de qualidade e financiamento do Estado. Elencou quais serão os
108 impactos do fechamento da Ford e dados de fechamento de indústrias no país. Elogiou a
109 participação do CNDH na audiência pública da Comissão dos Direitos Humanos e Minorias da
110 Câmara dos Deputados sobre a discussão da nacionalização da Ford, colocando a Industriall Brasil
111 a disposição. O Sr. Cláudio Batista cumprimentou a todos e ponderou que já foi contemplado na
112 fala anterior, destacando a falta de atenção do governo federal com a indústria, o qual deveria ser

113 tratado de acordo com as suas particularidades. Salientou que essa decisão da Ford impacta
114 aproximadamente 118.000 trabalhadores e ressaltou que estão sendo realizadas várias atividades
115 para sensibilizar todos os poderes da república, explicando que essas discussões têm o objetivo de
116 fazer com que a Ford reveja essa situação ou conseguir a sua nacionalização ou estatização.
117 Destacou que os trabalhadores estão mobilizados, sugerindo passar aos encaminhamentos. A
118 Conselheira Vivian Oliveira Mendes registrou a participação na reunião da Comissão dos Direitos
119 Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados convocada pelo seu presidente que reuniu
120 representantes do movimento sindical do país, em que houve a discussão dos encaminhamentos
121 apresentados na recomendação e o compromisso da Comissão de acatar aqueles que forem
122 aprovados pelo plenário. A Conselheira Virgínia Dirami Berriel ponderou que devem lutar pela
123 permanência da Ford diante a sua dívida com o país e compreendeu que a tentativa de estatizar a
124 empresa é boa, mas não se sabe como isso se dará. Arrazoou sobre a necessidade de envolvimento
125 do Ministério Público do Trabalho (MPT) a fim de que sejam garantidos os direitos dos
126 trabalhadores. Passando a leitura da Recomendação sobre a demissão em massa de trabalhadores
127 pela Ford em Camaçari/BA e Taubaté/SP e a violação das Diretrizes de Empresas Multinacionais da
128 OCDE e dos Princípios de Empresas e Direitos Humanos da ONU, o Conselheiro Everaldo Bezerra
129 Patriota propôs que fosse realizada a leitura apenas da parte expositiva das recomendações e
130 realizados os destaques, tendo em vista que a minuta foi encaminhada aos conselheiros, o que foi
131 acatado. Iniciando com os destaques dos considerandos, o Conselheiro Herbert Borges Paes de
132 Barros apresentou a seguinte proposta de ajuste do item 12 dos considerando: “*Considerando que*
133 *os países aderentes às Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais assumem um*
134 *compromisso de recomendar a sua observância e estabelecer Pontos de Contato Nacionais para*
135 *sua promoção e de recebimento de alegações de inobservância.*”, o que foi acatado. Propôs
136 também incluir dois considerandos, ambos tratando da Declaração Tripartite de Princípios sobre
137 Empresas Multinacionais e Direitos Humanos, sendo o primeiro sobre a questão da instabilidade do
138 emprego e o segundo sobre as situações em que há hipótese de mudanças de operações, inclusive,
139 sobre a possibilidade de fechamento, o que também foi acatado. Não havendo mais destaques,
140 passou-se a leitura das recomendações. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota registrou que há a
141 necessidade de apresentar uma recomendação à própria Ford, observando as diretrizes elencadas
142 nos considerandos e ao MPT, reforçando a sua relevância na observação das questões relacionadas
143 aos direitos trabalhistas. Sugeriu que a recomendação colocada ao Presidente da República fosse

144 direcionada especificamente ao Ministério da Economia, uma vez que esse ministério concentra a
145 questão da política industrial e econômica, da empregabilidade e da fiscalização do trabalho.
146 Postulou que o Ponto de Contato Nacional (PCN) da OCDE é uma instância que promove a política
147 de conduta empresarial responsável e que recebe alegações de descumprimento, na qual oferecem
148 um tipo de conciliação entre as partes para cumprimento das diretrizes. Observou que a segunda
149 recomendação possui uma dificuldade, uma vez que o PCN é um órgão do próprio governo,
150 sugerindo, talvez, que o CNDH apresente as alegações. Compreendeu que é interessante que o
151 parlamento se envolva de alguma maneira, todavia, manifestou a sua contrariedade à proposta de
152 Recomendação nº 01, propondo a sua retirada. O Vice-Presidente Darci Frigo manifestou que há a
153 necessidade de apreciar cada uma das sugestões colocadas, consultando ao plenário sobre a
154 possibilidade de continuar o debate nesse momento ou no segundo dia de reunião com o envio das
155 propostas redigidas. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa compreendeu que seria mais
156 interessante que as sugestões apresentadas fossem consolidadas ainda como proposta do
157 conselheiro, para que houvesse uma melhor visualização do plenário. A Conselheira Dra. Márcia
158 Regina Ribeiro Teixeira reforçou a sugestão colocada em relação ao Ministério Público do
159 Trabalho, uma vez que vem realizando algumas reuniões, inclusive, com intervenção do Tribunal
160 Superior do Trabalho (TST). Consensuado que a redação dos apontamentos fossem
161 encaminhamentos a Conselheira Vivian Oliveira Mendes para que possam apreciá-los no segundo
162 dia de reunião, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa sugeriu que os demais pontos pendentes do
163 dia fossem também apreciados no segundo dia de reunião e não havendo oposição, agradeceu a
164 presença de todos e encerrou o primeiro dia da 15ª Reunião Extraordinária do CNDH. **Dia**
165 **05/02/2021: 9h - Abertura do 2º dia de Reunião Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri**
166 **Costa.** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa iniciou o segundo dia dando boas-vindas a todos os
167 conselheiros e convidados presentes. Recordou que, no dia 4 de fevereiro de 2021, algumas pautas
168 não foram possíveis de serem discutidas devido à questão de tempo e em razão de ter sido
169 deliberado que estrategicamente passariam para o dia 5 de fevereiro de 2021. Rememorou que,
170 conforme reorganização da pauta deliberada, foram feitas as modificações sugeridas e aprovadas, na
171 qual constam no *driver* em que todos os conselheiros têm acesso. Em seguida, declarou
172 oficialmente aberto o segundo dia da 15ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Direitos
173 Humanos. Registrou que consta o servidor João, ingressado nesta semana, para reforçar a
174 Assessoria da Secretaria Executiva, dando as boas-vindas. Em seguida, passou ao **Item: Aprovação**

175 **da Ata da 14ª Reunião Extraordinária, ocorrida nos dias 10 e 11 de dezembro de 2020.**

176 Assinalou que a Ata foi previamente disponibilizada aos conselheiros com antecedência para
177 leitura, consultando aos conselheiros se haveria algum destaque e não havendo, a Ata foi aprovada
178 por unanimidade, estando presentes: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH BRASIL, CONAQ,
179 APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, MMFDH, PGR, MRE, DPU, CNJ, MJSP e
180 PF. Prosseguindo para o **Item: Informes**, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa destacou que
181 não foi possível sua realização no dia anterior, por conta da falta de tempo hábil e inversão de itens
182 pauta em respeito aos convidados presentes. Comprometeu-se em realizar breves informes em nome
183 da atual gestão do CNDH, passando a palavra aos conselheiros em seguida para que façam os seus
184 informes. Mencionou, como primeiro informe, a indefinição quanto ao retorno das atividades
185 presenciais do Conselho, tendo em vista o compromisso com a saúde pública, a vida e a proteção
186 social. Registrou que a Mesa Diretora ficará com a responsabilidade de decidir por esse retorno
187 quando parecer, de fato, seguro, conveniente e oportuno, porém, não há como anunciar qualquer
188 tipo de previsão, inclusive, do ponto de vista da previsão de gastos com passagem e diárias.
189 Explicou que o calendário que será apreciado também levará em consideração essa realidade. Em
190 seguida, informou sobre Manual para o Biênio, elaborado pela Secretaria Executiva, que trata de
191 uma série de compilações de informações voltadas aos novos conselheiros sobre procedimentos e
192 contatos, reforçando que ainda há informações que necessitam de atualização, mas que a equipe está
193 trabalhando, inclusive, para apresentar um *layout* diferente. Salientou que esse documento deve ser
194 apresentado nas próximas semanas. Seguidamente, comunicou sobre a revisão do documento que
195 trata da padronização e organização de fluxos do tratamento de denúncias recebidas pelo CNDH, a
196 partir da Resolução nº 04/2015, a qual já foi enviada aos conselheiros. Apresentou o modelo de
197 fluxo organizado, destacando que não houve inovações em relação aos procedimentos. Ressaltou
198 que, dentro da reorganização, houve um esforço para que o fluxo se inicie pelo *e-mail* institucional
199 do Conselho para possibilitar que a Secretaria Executiva tenha contato com as denúncias e possa
200 fazer o primeiro tratamento, registrando o procedimento na plataforma SEI. Lembrou que foi
201 solicitada às servidoras responsáveis pela comunicação a elaboração de um plano de comunicação
202 no intuito da obtenção de uma estratégia de comunicação, sobretudo, de contato com a sociedade
203 civil em geral sobre os trabalhos de retorno quanto às ações do CNDH e acesso às informações
204 importantes. Explanou que a ideia desse plano, para além da apresentação de informações, é
205 esclarecer procedimentos. Discorreu que começaram ter autonomia na edição da página do

206 Colegiado, que ainda está em processo de efetivação pelo surgimento de alguns percalços, mas
207 ilustrou que a ideia é conseguir uma atualização mais ágil e trazer informações mais completas ao
208 público em geral. Acrescentou que, no dia 4 de fevereiro de 2021, foi lançado o Canal do *Instagram*
209 do CNDH, como mais um canal de acesso de informações. Relatou que o último informe é sobre o
210 registro do CNPJ do CNDH nesse último mês, ponderando que essa conquista tem relação com as
211 metas pensadas por esse Conselho, sendo que a partir desse momento haverá algumas vantagens,
212 porém, também haverá alguns desafios de ordem técnica e orçamentária, o qual requer a devida
213 atenção. Passando a palavra para os informes dos conselheiros, a Conselheira Flávia Moreira
214 Guimarães Pessoa comunicou que o CNJ realizará, no dia 22 de fevereiro de 2021, a segunda
215 edição do evento “Democratizando o acesso à Justiça: Justiça social e o Poder Judiciário no Século
216 XXI”, com presença programada do Presidente do CNDH como palestrante. Convidou a todos os
217 conselheiros para participarem, reforçando que na página do CNJ consta o *link* para as inscrições. O
218 Presidente Yuri Michael Pereira Costa agradeceu pelo informe de grande relevância, confirmando,
219 portanto, a presença do CNDH no evento. O Vice-Presidente Darci Frigo transmitiu a sua
220 preocupação em relação à reformulação da pauta, especialmente, ao tempo reservado ao debate das
221 comissões, entendendo que, talvez, deveriam avaliar qual o momento mais adequado para que esse
222 debate não fosse realizado ao final da reunião. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa ponderou
223 que prefere antecipar as pautas com convidados, sugerindo pensar na proposta de inversão colocada
224 caso houver extensão dessas pautas, dando à devida atenção as comissões. O Vice-Presidente Darci
225 Frigo compreendeu que, talvez, o item das 9h30, caso não haja convidados, poderia ser colocado
226 mais ao final da reunião. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa esclareceu que esse item possui
227 convidados, todavia, solicitaram que houvesse brevidade. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota
228 destacou a necessidade da limitação no tempo de intervenção de todos os participantes, o que houve
229 concordância do presidente. **Item "Definição" de antissemitismo. MMFDH, a partir de ofício**
230 **da Embaixada de Israel no Brasil, provocou o CNDH, sugerindo elaboração de Resolução**
231 **conjunta entre Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e Conselho Nacional de**
232 **Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), para “definição” de antissemitismo segundo IHRA**
233 **(Aliança Internacional para a Memória do Holocausto). Sugestão de encaminhamento da**
234 **Mesa: remessa à Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da**
235 **População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos),**
236 **Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo - Presidente Yuri Costa -**

237 **Processo SEI 00135.210334/2020-16.** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa realizou uma breve
238 contextualização do item, salientando que o encaminhamento dado pela Mesa Diretora foi de
239 remeter a discussão para a comissão que trata dos direitos das mulheres, da população LGBTI e do
240 enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial. Passou a palavra ao representante da
241 Confederação Israelita do Brasil (CONIB) que registrou formalmente o interesse em participar
242 dessa discussão, solicitando atenção à limitação de tempo de cinco minutos que foi estipulado para
243 viabilizar o andamento da pauta. O Sr. Rony Vainzof, Representante da Confederação Israelita no
244 Brasil (CONIB), iniciou a sua apresentação parabenizando o Conselho Nacional de Direitos
245 Humanos por trazer à tona esta pauta relevante e lembrando que o Dia Internacional em Memória
246 das Vítimas do Holocausto foi comemorado no dia 27 de janeiro, dia em que aconteceu a libertação
247 do maior campo de concentração de extermínio Nazista em 1945, Campo de *Auschwitz*, na Polônia.
248 Informou que a CONIB realizou um evento digital com depoimentos tocantes de sobreviventes
249 ainda vivos, os quais fazem refletir de forma permanente o que de fato foi o holocausto. Difundiu a
250 preocupação em relação ao crescimento dos registros de ataques contra comunidades judaicas no
251 século XXI pelo mundo e observou que no Brasil o antissemitismo tem sido menos intenso e
252 violento, entretanto, já começaram a aparecer sinais preocupantes nessa era de extremos. Explanou
253 que o agravamento, crescimento e complexidade de casos envolvendo o discurso de ódio,
254 principalmente, em meios de grande propagação, como as redes sociais, tem reforçado o desafio de
255 se buscar um instrumental de análise teórico para a questão, no intuito de auxiliar empresas,
256 organizações não-governamentais, entidades estatais e comunitárias a lidar, mitigar e selecionar os
257 casos. Ponderou que a definição da IRHA atinge um antissemitismo moderno muitas vezes
258 disfarçado de antissionismo e de negacionismo ao holocausto e alcança diversas condutas que, hoje,
259 a lei de combate ao racismo brasileiro não consegue contemplar. Destacou que as memórias das
260 vítimas do holocausto são uma chama que precisa iluminar a consciência do mundo a fim de que
261 aquela monstruosidade não se repita. Arrazoou que o lema “Holocausto Nunca Mais” é atual assim
262 como o combate ao antissemitismo, o que significa intolerância nunca mais e enfatizou que a
263 CONIB defende a incorporação, no Sistema Jurídico Brasileiro, da definição do antissemitismo da
264 IHRA como instrumental para estabelecer os limites do discurso de ódio contra os judeus. Ressaltou
265 e disponibilizou aos conselheiros a pesquisa realizada pela CONIB com a Faculdade Getúlio
266 Vargas, que culminou em um livro sobre discurso de ódio envolvendo diversas questões
267 interessante para o CNDH, explanando que estão à disposição para encaminhar esse livro para a

268 biblioteca do Conselho, para que tenham acesso. Finalizada a apresentação, o Presidente Yuri
269 Michael Pereira Costa passou a palavra para a Sra. Mariléia Silva de Paula, Coordenadora-Geral do
270 CNPIR, que realçou a provocação realizada através de um ofício tratando sobre a definição do
271 antissemitismo, refletindo a possibilidade de uma parceria do CNDH e CNPIR, através de um grupo
272 de trabalho ou comissão, com o intuito de um trabalho em prol do discurso do ódio contra os
273 judeus, promovendo a igualdade para todos. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa informou que
274 o encaminhamento proposto pela Mesa Diretora é que o tema seja apreciado pela Comissão que
275 trata das questões de enfrentamento ao racismo, com participação da SNPIR/MMFDH, a qual
276 analisará a questão e realizará a aproximação sugerida pela Coordenadora-Geral do CNPIR.
277 Arrazoou que a Secretaria Executiva sugere que a votação seja realizada por entidade, para facilitar
278 a confecção da Ata, porém, consultou os conselheiros sobre a possibilidade de votação em bloco
279 quando houver concordância. O Vice-Presidente Darci Frigo observou que, em havendo o
280 consenso, não há necessidade da votação nominal, sugerindo apenas registrar os contrários à
281 proposição. Não havendo nenhuma oposição de realizar a votação em bloco, o Conselheiro Herbert
282 Borges Paes de Barros requereu a inclusão da indicação do encaminhamento à Comissão
283 mencionada e que seja mantido o diálogo com o CNPIR. Sem objeções, o Presidente Yuri Michael
284 Pereira Costa colocou em apreciação o encaminhamento proposto pela Mesa Diretora, com
285 indicação de remeter o tema à Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das
286 Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo, que
287 foi aprovado por unanimidade, estando presente: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH
288 BRASIL, CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, MMFDH, PGR,
289 MRE, DPU, CNJ, MJSP e PF. Prosseguindo para o **Item: Análise de Recomendação sobre a**
290 **demissão em massa de trabalhadores pela Ford em Camaçari/BA e Taubaté/SP e a violação**
291 **das Diretrizes de Empresas Multinacionais da OCDE e dos Princípios de Empresas e Direitos**
292 **Humanos da ONU – correlatoras Conselheira Vivian Mendes e Conselheira Virgínia Berriel**
293 **Processo. SEI 00135.201173/2021-51.** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa apresentou uma
294 breve contextualização das discussões realizadas no dia anterior do referido item de pauta,
295 destacando que as adequações solicitadas foram realizadas pela Conselheira Vivian Oliveira
296 Mendes a fim de que fossem apresentadas nesse dia. A Conselheira Vivian Oliveira Mendes iniciou
297 reforçando que recepcionou as considerações realizadas pelo Conselheiro Herbert Borges Paes de
298 Barros, adiantando que a consideração enviada no *chat*, no início desse dia de reunião, pela

299 Conselheira Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira não está inclusa, porém, poderá ser discutida em
300 conjunto. Elencou e realizou a leitura dos itens adicionados e alterados a partir das contribuições
301 dos conselheiros/as, conforme acordado e aprovado na reunião do dia 4 de fevereiro de 2021. A
302 Conselheira Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira esclareceu que seria necessária a elaboração de
303 uma recomendação ao Ministério Público do Trabalho e outra ao Conselho Nacional do Ministério
304 Público, expondo os motivos dessas recomendações, o que foi acatado. O Conselheiro Ailton
305 Benedito de Souza sugeriu que a recomendação ao Conselho Nacional do Ministério Público seja
306 dirigida ao Procurador-Geral da República, tendo em vista que essa matéria já está sob a
307 coordenação da 3ª Câmara do Ministério Público Federal (MPF), o que foi acatado pela Conselheira
308 Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota corroborou no
309 sentido de manutenção do texto original da Conselheira Vivian Oliveira Mendes na proposta de
310 supressão do Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros referente à nacionalização da Ford. O
311 Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros comentou sobre a sua proposta de recomendação ao
312 Ministério da Economia, entendendo que seria mais oportuno que o CNDH patrocinasse pleito de
313 acolhimento de denúncias de descumprimento das diretrizes da OCDE junto ao PCN ou se somasse
314 conjuntamente com as instituições que apresentaram a demanda em um pleito desse tipo. Com
315 relação à proposta dirigida à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal de nacionalização da Ford,
316 afirmou que seu posicionamento é contrário, tendo em vista que esse tipo de procedimento pode
317 ensejar mais temor a outros investidores, sugerindo a exclusão. A Conselheira Vivian Oliveira
318 Mendes explanou que concordam com a supressão do item 2 da recomendação ao Ministério da
319 Economia, entretanto, gostariam de encaminhar o compromisso de que o CNDH patrocinará essa
320 discussão junto ao Ponto de Contato Nacional. Acrescentou que são contrários à supressão da
321 recomendação à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal referente à apresentação de projeto de
322 lei de nacionalização dos parques industriais da Ford, uma vez que a sua supressão pode trazer
323 prejuízos aos debates que estão sendo construídos pelas entidades. A Conselheira Virgínia Dirami
324 Berriel sugeriu a inclusão da comunicação aos governadores dos estados da Bahia, São Paulo e
325 Ceará no item 2 da recomendação à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, por estarem
326 envolvidos na questão e afirmou que também é favorável a manutenção do item 1 da recomendação
327 ao Ministério da Economia. A Conselheira Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira questionou sobre a
328 possibilidade de suprir a questão da nacionalização da recomendação para que o documento seja
329 aprovado por todos os conselheiros, visto que poderá dificultar a mobilidade dos governadores em

330 discutir essa questão, sugerindo que essa questão fosse trata por meio de ofício. O Presidente Yuri
331 Michael Pereira Costa observou que a explanação da conselheira é fundamental para definir se o
332 CNDH deve manter ou não o ponto e consultou a existência de oposições em relação aos
333 considerandos apresentados e não havendo, seguiu para as disposições da Recomendação. Quanto
334 às recomendações, consensuou-se a inclusão da proposta de recomendação sugerida pela
335 conselheira Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira ao Ministério Público, alterando a sua destinação
336 para o Procurador-Geral da República ao invés do CNMP. Em seguida, lembrou que foi sugerida
337 retirada do item 2 da recomendação ao Ministério da Economia, sendo que o CNDH promoveria a
338 comunicação com OCDE, ONU e governadores dos estados da Bahia, São Paulo e Ceará a respeito
339 do descumprimento das Diretrizes da OCDE pela Ford. A Conselheira Mônica de Alkmim Moreira
340 Nunes discordou do encaminhamento, entendendo que é necessário responsabilizar o Ministério da
341 Economia nesse contato, o que não impedi também o contato do Conselho. O Conselheiro Herbert
342 Borges Paes de Barros explanou que entende o pleito colocado, todavia, provavelmente se absterá
343 da votação e indagou se o patrocínio em relação ao PCN deveria ser considerado um caso de
344 litigância estratégica. Discorreu que os conselheiros representantes do MMFDH terão que se afastar
345 de qualquer providência adicional por possuir acento no PCN. O Conselheiro Everaldo Bezerra
346 Patriota sugeriu manter a proposta de o CNDH provocar o Ponto Contato Nacional da OCDE e
347 explicou que é necessário um estudo mais aprofundado para saber se seria um caso de litigância
348 estratégica. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa concordou com as manifestações dos
349 conselheiros, no sentido da manutenção do tópico como uma maneira do Conselho Nacional de
350 Direitos Humanos deixar claro o posicionamento em torno da questão, inclusive, com a devida
351 provocação ao Executivo para que, dentro das atribuições e responsabilidades, dê os
352 encaminhamentos. Indicou que o Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros propôs a supressão do
353 item 1 ao Ministério da Economia, restringindo a provocação à OCDE e ONU pelo CNDH,
354 estendendo aos governadores e, por outro lado, surgiu a resistência a essa proposta sugerindo
355 manutenção do item, tal como está, acrescentando a isso a provocação direta do Conselho Nacional
356 de Direitos Humanos aos entes. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros retirou a ideia de
357 exclusão do item, registrando a sua abstenção em relação ao ponto em questão. Salientou que ainda
358 é necessário discutir o eventual patrocínio da ação junto ao Ponto de Contato Nacional, remetendo
359 essa ideia a Comissão de Litigância Estratégica para sua avaliação. Diante a retirada da proposta de
360 exclusão do item, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou aos conselheiros se poderia

361 definir como encaminhamento a manutenção da redação da recomendação ao Ministério da
362 Economia da forma como está, registrando a abstenção do Conselheiro Herbert Borges Paes de
363 Barros nesse ponto e acrescentando-se a essa questão, o que não constará da recomendação em si, o
364 encaminhamento para a Comissão de Litigância Estratégica para que possa dar o devido andamento
365 à questão. Além disso, postulou que seria realizada uma provocação direta do Conselho Nacional de
366 Direitos Humanos aos representantes da OCDE, ONU e governadores dos respectivos estados.
367 Após a consulta ao Colegiado da concordância ou não referente ao encaminhamento, foi deliberada
368 a sua aprovação por maioria, com registro de abstenção do MMFDH e ausência de manifestações
369 contrárias, estando presentes: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH BRASIL, CONAQ, APIB,
370 CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, PGR, MRE, DPU, CNJ, MJSP e PF.
371 Seguindo, postulou que o próximo item a ser apreciado são as alterações feitas na recomendação
372 referente ao item 1 direcionado à Câmara dos Deputados e ao Senado sugerindo a nacionalização da
373 Ford, ponderando que o Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros registrou a sua manifestação
374 pela retirada e que houve manifestações alegando que esse tipo de provocação atropelaria o debate
375 que os governadores estão fazendo sobre a possibilidade de encaminhamento de soluções com
376 relação às demissões em massa. Diante essas manifestações, relatou que foi sugerido que esse item
377 fosse retirado da recomendação, realizando um comunicado através de ofício ressaltando as
378 preocupações e sugerindo a adoção de providências. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota
379 compreendeu que a recomendação deve ser mantida e a Conselheira Vivian Oliveira Mendes
380 observou que a discussão do projeto de nacionalização da Ford tem mais capacidade de fazer
381 articulação com os governadores, entendendo que não haverá prejuízos diante as soluções que serão
382 construídas a partir dos estados. A Conselheira Mônica de Alkmim Moreira Nunes explanou que a
383 recomendação de projeto de lei considera que a sua elaboração passa pelo processo interno da
384 Câmara e do Senado, afirmando que é favorável pela manutenção. Finalizadas as manifestações, o
385 Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em votação a manutenção do item 1 da
386 recomendação à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, que foi aprovada por maioria, com a
387 seguinte declaração de votos favoráveis: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH BRASIL,
388 CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, DPU, MJSP e PF; e os
389 seguintes votos contrários: MMFDH, PGR e MRE. Foi registrada a ausência do CNJ. Não havendo
390 mais nenhum tópico pendente de aprovação, declarou aprovada a Recomendação sobre a demissão
391 em massa de trabalhadores pela Ford em Camaçari/BA e Taubaté/SP e a violação das Diretrizes de

392 Empresas Multinacionais da OCDE e dos Princípios de Empresas e Direitos Humanos da ONU.
393 Prosseguindo ao **Item: Referendum da Recomendação nº 17, de 09 de dezembro de 2020**
394 **(procedimentos do CONARE sobre a solicitação de refúgio) - Presidente Yuri Costa -**
395 **Processo SEI 00135.225290/2020-29.** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa realizou a leitura
396 da ementa, destacando que a recomendação é direcionada ao Ministério da Justiça e Segurança
397 Pública. O Conselheiro Joselito de Araújo Sousa explanou que a Política Federal (PF) faz ressalvas
398 ao documento quanto aos pontos referente à indicação de possíveis nulidades e afirmou que a PF
399 acredita que o CONARE realizará mudanças em sua próxima reunião para dá maior clareza aos
400 itens destacados na recomendação, registrando que votará contrário ao documento. O Conselheiro
401 Hugo Medeiros Gallo da Silva endossou a explanação anterior, afirmando que o MJSP também
402 votará contrário, uma vez que essa matéria ainda está sendo discutida no âmbito do CONARE. Os
403 Conselheiros Ailton Benedito de Souza e Herbert Borges Paes de Barros também manifestaram os
404 seus votos contrários e o Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin manifestou favoravelmente a
405 aprovação da recomendação, visto que possui apenas recomendações ao MJSP e a Defensoria
406 Pública da União (DPU). Finalizadas as manifestações, foi realizado o processo de votação do
407 *referendum* da Recomendação nº 17, de 09 de dezembro de 2020, o qual foi aprovado por maioria,
408 com a seguinte declaração de votos favoráveis: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH BRASIL,
409 CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, DPU. Foram registrados os
410 seguintes votos contrários: PF, MJSP, MMFDH, PGR e MRE. Foi registrada a ausência do CNJ.
411 Passando ao **Item: Aprovação do Termo de Designação de Camila Asano (CONNECTAS**
412 **DIREITOS HUMANOS), pelo período de até 1 (um) ano, como consultora *ad hoc* para o tema**
413 **“Medidas relativas à pandemia pela Covid-19 e impactos em migrantes” - Presidente Yuri**
414 **Costa.** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa recepcionou a Sra. Camila Asano e retomou a
415 discussão da reunião anterior, quanto à definição de consultores e consultoras *ad hoc*, esclarecendo
416 que o convite à consultoria da Camila Asano se circunscreve ao seguinte tema: “Medidas relativas à
417 pandemia e impactos em migrantes”. Explanou que estão propondo a temporalidade de um ano de
418 duração para a consultoria, por se tratar de um prazo razoável para buscar as consequências das
419 adoções de procedimentos adotados pelas autoridades referentes à pandemia. A Conselheira Dra.
420 Márcia Regina Ribeiro Teixeira solicitou esclarecimentos quanto ao escopo e à abrangência da
421 consultoria, no sentido de compreender se há a possibilidade de apresentar sugestões de
422 encaminhamentos para facilitar a análise. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin esclareceu que,

423 normalmente, os consultores realizam atividades *in loco*, participam de algumas reuniões de
424 observação e trazem propostas concretas para apreciação do plenário do CNDH, entendendo que
425 seria interessante inserir as apresentações de sugestões, recomendações e resoluções ao Conselho no
426 termo de designação, o que foi acatado. Não havendo manifestações contrárias, o Termo de
427 Designação de Camila Asano foi aprovado por unanimidade, estando presentes: OAB, CNPG,
428 UNISOL BRASIL, MNDH BRASIL, CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL,
429 MNMMR, MMFDH, PGR, MRE, DPU, MJSP e PF. Prosseguindo para o **Item: Proposta de**
430 **organização de missão do CNDH à Boa Vista e Pacaraima, no intuito de verificar**
431 **presencialmente a situação de refugiados em situação migratória irregular – consultora *ad***
432 ***hoc* Camila Asano - Processo SEI 00135.201909/2021-91.** O Presidente Yuri Michael Pereira
433 Costa deu as boas-vindas a Sra. Camila Asano e solicitou que apresentasse um breve resumo sobre
434 essa proposta para esclarecimentos aos conselheiros/as. A Sra. Camila Asano cumprimentou a todos
435 e agradeceu pela confiança e pela possibilidade de atuar nesse tema. Apresentou um breve resumo
436 sobre a situação dos venezuelanos no estado de Roraima, especialmente, em Pacaraima, fronteira
437 norte com a Venezuela, que atualmente está fechada para entrada de refugiados venezuelanos.
438 Contextualizou a proposta de missão à Boa Vista e Pacaraima como seguimentos das ações já
439 realizadas pelo CNDH, para verificar *in loco* os impactos da portaria de fechamento de fronteira na
440 vida dos imigrantes. A Conselheira Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira externou a sua
441 preocupação em relação ao controle oficial dos imigrantes que estão sendo interiorizados e o
442 Conselheiro Gabriel Saad Travassos do Carmo ponderou que essa temática é de grande relevância
443 para a DPU, salientando que há uma posição institucional muito clara quanto à
444 inconstitucionalidade e a incompatibilidade normativa das portarias de restrição de fronteiras com
445 previsão de sanções. Relatou sobre a criação do Comitê para atuação na região de Pacaraima, que
446 foi responsável por uma visita *in loco* em Pacaraima e em Boa Vista, em que tentaram realizar um
447 diálogo com o Poder Executivo com vistas à proteção de pessoas que se enquadram no grupo de
448 risco para a Covid-19. Afirmou que não pode haver a negativa de serviços públicos a população
449 imigrante independentemente do fechamento das fronteiras, salientando que a DPU expediu uma
450 Nota Técnica nesse sentido. Acrescentou que, recentemente, foi emitida outra Nota Técnica visando
451 à proteção dos grupos com maior vulnerabilidade e defendeu que todas as pessoas que ingressaram
452 no país tenham a devida proteção e acesso aos direitos assegurados no Brasil caso as fronteiras
453 permaneçam fechadas. O Vice-Presidente Darci Frigo questionou se a missão será restringida

454 apenas à Pacaraima ou teria mais abrangência e a Sra. Camila Asano ressaltou a importância da
455 atuação da DPU e sugeriu que houvesse a sua participação na missão caso for aprovada,
456 considerando o seu histórico de atuação no tema de imigração e refúgio. Ponderou que o fato do
457 país está com a fronteira fechada e negando a regularização imigratória está prejudicando a adoção
458 de medidas públicas, uma vez que essas pessoas são excluídas dos dados oficiais. Compreendeu que
459 seria ideal que a missão tivesse uma abrangência maior, porém, a sua proposta seria de uma missão
460 emergencial nos localidades indicadas considerando as restrições de deslocamento no contexto da
461 pandemia. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros manifestou-se favorável à realização da
462 missão e sugeriu definir a sua composição, antecipando que o MMFDH possui interesse de
463 participar. Consultados pelo Presidente Yuri Michael Pereira Costa, manifestaram interesse em
464 compor essa missão a DPU (Comitê Pacaraima), o MMFDH (a priori Cláudia dos Anjos), CNPG
465 (Conselheira Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira), CUT (Conselheira Virgínia Dirami Berriel), PF
466 (Conselheiro Joselito de Araújo Sousa) e MJSP (algum representante) - a confirmar participante.
467 Deliberou-se que todas as entidades e órgãos que manifestaram interesse receberão comunicação da
468 Secretaria Executiva quanto à indicação de representantes e outras ações. Não havendo
469 manifestações contrárias, proposta de organização de missão do CNDH à Boa Vista e Pacaraima foi
470 aprovada por unanimidade, estando presentes: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH BRASIL,
471 CONAQ, CUT, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, ABGLT, MMFDH, PGR, MRE,
472 DPU, MJSP e PF. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou que a Sra. Camila Asano
473 poderá procurar diretamente a presidência a fim de que sejam feitos os encaminhamentos para
474 viabilização da missão e agradeceu a sua disponibilidade para assumir essa ação. Seguindo para o
475 **Item: Proposta de Revisão do Regimento Interno (sugestão da Mesa Diretora). Comissão**
476 **sugerida: Presidente Yuri Costa; Vice-Presidente Darci Frigo; Conselheira Luísa de Marillac;**
477 **Conselheiro Everaldo Patriota; Conselheiro Joselito de Araújo Sousa; e relator *ad hoc* Renan**
478 **Vinicius Sotto Mayor de Oliveira - Presidente Yuri Costa.** O Presidente Yuri Michael Pereira
479 Costa introduziu a necessidade de revisão do Regimento Interno, elencando as justificativas
480 colocadas pela Mesa Diretora para essa revisão. Apresentou a sugestão de composição da Comissão
481 e entendeu que seria razoável o prazo de seis meses de acordo com as explicações dos Conselheiros
482 Joselito de Araújo Sousa e Everaldo Bezerra Patriota. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros
483 indagou sobre o propósito da Comissão e o Presidente Yuri Michael Pereira Costa esclareceu que o
484 seu propósito é avaliar o Regimento Interno de forma ampla, sobretudo, pensando na atualização e

485 especialização de alguns itens. Na ausência de manifestações contrárias, a Proposta de Revisão do
486 Regimento Interno foi aprovada por unanimidade, estando presentes: OAB, CNPG, UNISOL
487 BRASIL, MNDH BRASIL, CONAQ, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP,
488 MMFDH, PGR, MRE, DPU, MJSP e PF. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros questionou
489 sobre a ausência de minuta de resolução para criação da Comissão e sendo esclarecido que ainda
490 não existe essa minuta, salientou a importância da apresentação da minuta de resolução nos casos
491 futuros. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota propôs que já seja aprovado nesse momento que a
492 Mesa Diretora redigirá o termo de designação para publicação, o que foi aprovado por unanimidade,
493 estando presentes: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH BRASIL, CONAQ, CUT, FNDC,
494 ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, MMFDH, PGR, MRE, DPU, MJSP e PF. Seguindo
495 para o **Item: Aprovação do calendário de reuniões do CNDH para o exercício de 2021 -**
496 **Presidente Yuri Costa.** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa apresentou brevemente a
497 proposta de calendário de reuniões do exercício de 2021, explicando ele já foi enviado previamente
498 aos conselheiros/as. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin arrazoou que, provavelmente, as
499 datas definidas para as reuniões das Comissões precisem ser alteradas e o Presidente Yuri Michael
500 Pereira Costa pontuou que as datas poderão ser alteradas com aprovação do pleno caso haja
501 necessidade. Não havendo nenhuma manifestação contrária, o calendário de reuniões do CNDH
502 para o exercício de 2021 foi aprovada por unanimidade, estando presentes: OAB, CNPG, UNISOL
503 BRASIL, MNDH BRASIL, CONAQ, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP,
504 MMFDH, PGR, MRE, DPU, MJSP e PF. Passando ao **Item: Definição de coordenações e da**
505 **composição das comissões, subcomissões e Grupos de trabalho do CNDH - Presidente Yuri**
506 **Costa.** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa deu início ao item de pauta indicado a perspectiva
507 de se definir, nessa reunião, as coordenações das comissões e subcomissões e sugerindo o
508 acolhimento das manifestações de interesse pelas entidades presentes quanto à participação como
509 membros das comissões, mas assegurando a possibilidade de inclusão de novos integrantes a
510 *posteriori*, pelas coordenações, para não engessar a definição da composição das comissões. O
511 Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota concordou com a sugestão, ponderando que a composição
512 poderá ser referendada na próxima reunião e o Vice-Presidente Darci Frigo compreendeu que,
513 talvez, não seja possível debater algumas questões específicas de reformulação a serem sugeridas,
514 mas que seria importante apresentar as propostas de criação de novas comissões, subcomissões e
515 grupos de trabalho a serem formalizados na próxima plenária. O Conselheiro Herbert Borges Paes

516 de Barros destacou a importância de apresentar algumas regras já definidas anteriormente sobre a
517 composição das comissões, como a relacionada à dimensão orçamentária para custeio de passagens
518 e diárias dos participantes das comissões. O Vice-Presidente Darci Frigo discorreu que cada
519 coordenador terá como tarefa explicar que haverá restrição de orçamento para participação de todas
520 as organizações, intuindo que seria importante definir qual será a limitação. Lembrou que existe um
521 pleito histórico dos suplentes para que possam participar efetivamente das reuniões presenciais do
522 CNDH, sugerindo que essa participação seja considerada na discussão de revisão do Regimento
523 Interno. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou a importância da participação do Vice-
524 Presidente na composição da Comissão de Revisão do Regimento Interno e passou as indicações
525 das coordenações, sendo decididas as seguintes coordenações para as comissões abaixo: 1.
526 Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua: Coordenação: MNMMR e
527 Cooordenação: MNPR; 2. Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de
528 Privação de Liberdade: Coordenação: UNISOL BRASIL e Cooordenação: OAB; 3. Comissão
529 Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão: Coordenação: FNDC; 4.
530 Comissão Permanente Direito à Cidade: Coordenação: CONAM e Cooordenação: CNPG; 5.
531 Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e
532 Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos
533 Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários: Coordenação: ANAB e
534 Cooordenações: CONAQ, APIB e CASA BRASILEIRA; 6. Comissão Permanente dos Direitos ao
535 Trabalho, à Educação e à Seguridade Social: Coordenação: CUT; 7. Subcomissão Permanente de
536 Políticas de Drogas e Saúde Mental: Coordenação: CFP; 8. Comissão Permanente de
537 Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos
538 Humanos: Coordenação: DHESCA BRASIL e Cooordenação: DPU; 9. Comissão Permanente de
539 Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade
540 Racial e Enfrentamento ao Racismo: Cooordenações: CONAQ, ABGLT, UBM e ENEGRECER;
541 10. Comissão de Litigância Estratégica: Coordenação: OAB; 11. Comissão Especial sobre
542 Participação Social: Coordenação: MNDH BRASIL; 12. Comissão Permanente Defensores de
543 Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais: Coordenação:
544 APIB e Cooordenação: CNPG. As seguintes comissões, subcomissões, grupos de trabalhos e
545 outros não tiveram suas coordenações definidas: Comissão Permanente Direito Humano à
546 Alimentação Adequada; Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos;

547 Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas
548 Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP); Grupo Referência do
549 Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos; Grupo de Trabalho para elaborar e monitorar
550 um Plano de Enfrentamento da COVID-19 para os Povos Indígenas Brasileiros, no âmbito do
551 Conselho Nacional de Direitos Humanos, em virtude da ADPF 709; Grupo de Trabalho sobre
552 direitos humanos e enfrentamento da violência política na *internet*. Diante a informação de extinção
553 da Comissão de Segurança Pública do CNDH, o Conselheiro Joselito de Araújo Sousa propôs que a
554 temática fosse tratada em uma comissão específica, dada a sua relevância e abrangência,
555 manifestando o interesse de participar dessa comissão. A Conselheira Mônica de Alkmim Moreira
556 Nunes lamentou que a discussão da segurança pública fosse feita apenas no sentido de privação de
557 liberdade e não enquanto um direito humano. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros
558 recordou o debate realizado na ocasião da extinção da Comissão de Segurança Pública, explicando
559 o Conselho compreendeu que essa temática perpassaria em todas as comissões, por se tratar de um
560 ponto transversal. Inferiu que o debate sobre novas instâncias não deve ser feito nesse momento,
561 indicando apenas as coordenações das já existentes. O Vice-Presidente Darci Frigo discorreu que
562 esse seria o momento de tratar das proposições de novas comissões, subcomissões e grupos de
563 trabalho, entendendo que o tema da segurança pública deve aparecer no título da comissão. O
564 Presidente Yuri Michael Pereira Costa concordou que a criação ou a alteração de comissões e
565 grupos de trabalho configuram aspectos sensíveis ao funcionamento do CNDH e ponderou que
566 plenário necessita ter clareza qual é a proposta de incidência de cada subcolegiado. Compreendeu
567 que tais questões devem ser apresentadas ao plenário com uma proposta de resolução para
568 apreciação do plenário e sugeriu a criação de uma comissão, de caráter temporário, para apresentar
569 uma proposta de reformulação das comissões, subcomissão, grupos de trabalho, na forma de minuta
570 de resolução. O Conselheiro Paulo Tavares Mariante manifestou o interesse da ABGLT em
571 participar da Comissão dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade, como
572 integrante. Contextualizou os debates sobre a segurança pública na Comissão Permanente de
573 Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade
574 Racial e Enfrentamento ao Racismo e propôs destacar o tema na Comissão de Privação de
575 Liberdade, não apenas como algo subliminar. A Conselheira Romi Márcia Bencker relatou sobre a
576 proposta de criação de GT sobre Laicidade e Diversidade Religiosa dentro da Comissão de
577 Liberdade de Expressão realizada na reunião dos representantes da sociedade civil, explanando que

578 foi colocada a possibilidade de criar uma subcomissão ao invés de um grupo de trabalho, dada a
579 importância e a interferência do conteúdo religioso em várias políticas públicas relacionadas aos
580 direitos humanos. A Conselheira Mônica de Alkmim Moreira Nunes registrou a sua surpresa
581 referente à extinção da Comissão de Segurança Pública e manifestou que a segurança pública possui
582 pontos que extrapolam as discussões das demais comissões, sendo uma discussão temática e não
583 transversal somente. O Vice-Presidente Darci Frigo ressaltou a sua compreensão de que a atuação
584 das coordenações de comissões se caracteriza pela horizontalidade entre todas as coordenações e
585 atuação de forma coletiva e sugeriu avançar na proposta de criação de uma subcomissão específica
586 para o tema de segurança pública mesmo que o tema seja inserido na Permanente dos Direitos da
587 População em Situação de Privação de Liberdade, concordando que esse tema não é somente
588 transversal. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa explicou que não há vedação à constituição de
589 coordenações das Comissões no Regimento Interno do CNDH, observando que não está sendo
590 estabelecida uma hierarquia nas coordenações. Sugeriu que esse debate não fosse aprofundado
591 nesse momento, entendendo que devem concentrar-se na necessidade de criação de um grupo de
592 trabalho para apresentação de uma proposta de revisão de distribuição das comissões, subcomissões
593 e grupos de trabalho para biênio de 2020/2022. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin retomou o
594 art. 6º, § 1º do Regimento Interno, propondo definir quais são os eixos prioritários para o CNDH
595 para o biênio, a fim de estabelecer um Plano Nacional de Atuação. Com relação à proposição de um
596 grupo de atuação do Conselho frente à pandemia, sugeriu que a sua elaboração seja apresentada
597 pela Mesa Diretora conforme deliberado no dia anterior. Destacou que não há hierarquia entre
598 coordenadores e coordenações. A Conselheira Virgínia Dirami Berriel ponderou que a questão
599 da pandemia não pode aguardar, registrando a necessidade de criar rapidamente algum
600 subcolegiado para tratar dessa questão. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em
601 apreciação a proposta de criação de uma comissão, de caráter temporário, com o objetivo de
602 apresentar uma proposta de reformulação das comissões, subcomissão, GT e outras instâncias do
603 Conselho, na forma de minuta de resolução, na próxima reunião plenária, a qual foi aprovada.
604 Definiu-se que a comissão terá o prazo de vigência de 15 dias e que os conselheiros têm até o dia 12
605 de fevereiro de 2021 para enviarem ao *e-mail* do CNDH as suas propostas e demandas relativas às
606 comissões, subcomissões, GT e outras instâncias do Conselho, sendo assim o prazo de vigência da
607 comissão iniciar-se-á a partir dessa data. Consensou-se que a Secretaria Executiva encaminhará os
608 *e-mails* recebidos aos integrantes da comissão e que esses devem ser encaminhados com o assunto

609 “alteração de comissões”. Consultados pelo Presidente Yuri Michael Pereira Costa, manifestaram
610 interesse em compor a comissão os seguintes conselheiros/as: Paulo Tavares Mariante (ABGLT),
611 Romi Márcia Bencker (CONIC), Everaldo Bezerra Patriota (OAB), Leandro Gaspar Scalabrin
612 (ANAB), Virgínia Dirami Berriel (CUT) e Darci Frigo (DHESCA BRASIL), o último na condição
613 de Coordenador. A Conselheira Elisabeth Villela Costa colocou-se a disposição para apoio na
614 revisão final do documento e o Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota sugeriu consultar a
615 possibilidade da Conselheira Dra. Luísa de Marillac Xavier dos Passos também participar da
616 revisão final, o que foi acatado. Em seguida, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em
617 votação as indicações de coordenação e de coordenações em votação e na ausência de
618 manifestações contrárias, foram aprovadas por unanimidade. Finalizados os itens de pauta, deu por
619 encerrada a reunião, agradecendo a presença e a participação de todos.